



## RENAMO REMODELADA EM CABO DELGADO



Da esquerda à direita- Tomé Fernando(Delegado empossado), Augusto Magaure(representante do Secretario Geral do Partido) e finalmente Manuel Lole (Membro da Comissão Política Nacional).

Tomé Fernando é interinamente o novo timoneiro da política na província nortenha de Cabo Delgado em substituição a Mussitagibo Atimo Taibo, depois da conferência provincial realizada no dia 11 do corrente mês orientado respectivamente por Manuel Lole, membro da Comissão Política Nacional da RENAMO e por Augusto Magaure Fernando, representante do Secretario Geral do Partido.

O acto culminou na passagem formal do testemunho entre o Delegado cessante e o empossado. Na sua intervenção, Manuel Lole disse ser necessário unir esforço dos membros em geral em torno dos objectivos do partido para a província de Cabo Delgado em particular enaltecendo que a "união faz a força". Tomé Fernando, Delegado interino comprometeu-se a trabalhar com afinco, apelando a colaboração de

todos os membros nesta espinhosa missão que acaba de ser confiado. De referir que esta é a segunda vez que Tomé Fernando assume os destinos de Cabo Delgado. Mussitagibo que estave a testa daquela delegação provincial durante seis anos, prometeu no acto da passagem do testemunho cooperar com o novo elenco no desenvolvimento das suas actividades.

# UM PQG PARA ALDRABAR O POVO MOÇAMBICANO

*Na terça-feira passada, 14 de Abril do corrente ano, a Assembleia da República aprovou o Programa Quinquenal do Governo (PQG) através dos votos da bancada do partido que sustenta o mesmo Governo na Assembleia da República. A oposição (Renamo e MDM) deu um voto contra, com os aumentos necessários.*

*O PQG é um documento que deve apresentar as prioridades do desenvolvimento económico e social do país nas diversas áreas de acção governativa. Ora, o dito PQG, aprovado é na verdade uma grande rouba-lheira para o povo Moçambicano, ao ser apresentado com inúmeras lacunas tais como a não apresentação de metas globais durante os cinco anos de Governação, metas essas que devem ser paulatinamente concretizadas anualmente através de planos anuais de governação.*

*Ao não apresentar a metas, como é que o órgão fiscalizador (AR) irá fazer a supervisão necessária? Os cinco pilares descritos como prioridade de governação nos próximos cinco anos passam de meras intenções cuja execução poderá não acontecer sem que haja responsabilização do proponente, no caso o Governo, exactamente pelo facto de não apresentar metas globais. As assimetrias regionais são um facto em Moçambique mas o dito programa não prevê de forma detalhada a solução deste problema. A descentralização do poder que poderá mais uma vez acontecer no país com a possível aprovação do projecto de lei-quadro constitucional das províncias autárquias, já submetida pela RENAMO na Assembleia da República, é um outro assunto que não vem espalhado no PQG, se tivermos em conta que, com aprovação da lei de criação de províncias autárquicas, o “sistema de governação” poderá sofrer algumas alterações ao nível das províncias*

*e daí ter implicações orçamentais. A dita consolidação da unidade nacional, paz e soberania, não passa de uma falácia pois o povo Moçambicano foi dividido pelo próprio regime da Frelimo. A discriminação política, perseguição dos membros da oposição e até execução dos mesmos são apenas alguns exemplos de criação de divisionismo na família Moçambicana levado a cabo pelo partido no poder. A partidalização da função Pública é um outro exemplo, isto é, há Moçambicanos da primeira que têm direito a todas as oportunidades e outros da segunda que têm direito a nada. Estamos cientes que, sendo este, um governo de continuidade, não haverá nada de diferente para mudar este cenário amargo que vem assolando os Moçambicanos acerca de quarenta anos. O problema da falta de emprego e habitação sobretudo para jovens é um “calcanhar de Aquiles”. A ser feita alguma coisa para o aumento de postos de emprego, mesmo ínfimos, só irá beneficiar a um grupo de cidadãos filiados no partido no poder. Os Moçambicanos estão fartos de serem transportados forçosamente em carrinhas de caixas abertas, os vulgos “My Love” em plena cidade capital. Não há uma política de transportes clara para mudar o cenário actual. A compra de mais autocarros, como disse o ministro de transportes no esclarecimento de dúvidas aos deputados, não irá resolver o problema, pois as nossas estradas são quebra cabeça, umas autênticas “picadas” como diziam os deputados da RENAMO, e isso irá agravar mais o problema de congestionamento nas cidades particularmente na cidade de Maputo onde o crescimento do parque automóvel é acentuado. Porém, não é acompanhado com abertura de mais vias de acesso para servirem de alternativa de trânsito.*

**A nossa estrada principal, a EN é a única que liga o sul, centro e norte e apresenta em alguns troços problemas sérios de transitabilidade o que tem culminando com a interrupção de comunicação entre as várias províncias do nosso país, tal como aconteceu a meses atrás na zona de Mocuba que paralisou quase todo o país. A construção de uma estrada alternativa que liga todo o país não está prevista no PQG.**

**Os alunos nas nossas escolas continuam estudando sentados no chão com muita madeira que é contrabandeado para China em conexão com alguns membros do Governo. Não está claro no PQG, o que será feito para combater a corrupção. A qualidade de ensino é outro problema que assola o povo Moçambicano. Enquanto os governantes mandam seus filhos estudarem no estrangeiro, os filhos do pacato cidadão são formados com deficiências sérias, chegando a concluir o nível médio com problemas sérios de formação a partir das áreas de leitura e escrita. No PQG não está previsto com exactidão o que será feito para o melhoramento da nossa qualidade de ensino.**

**Um PQG com essas lacunas todas só serve para ser deitado na lata de lixo porque de nada irá ajudar para o melhoramento da vida dos Moçambicanos, muito pelo contrário é para roubar, aldrabar e explorar o povo.**

**Em jeito de fecho, queremos referir que num Estado de Direito, toda a sociedade precisa viver dignamente e o Governo de dia tem um papel primordial no cumprimento deste princípio constitucional tão importante. Sendo certo que, o direito à saúde e a educação integram o direito à vida, com o desígnio de proporcionar a cada cidadão a garantia estatal da dignidade da pessoa humana. E isso está prevista na Constituição da República de Moçambique, que consagra a dignidade da pessoa humana como**

**princípio basilar e, como fundamento do Estado Democrático de Direito sem distinção de qualquer natureza. A Lei Mãe preserva a inviolabilidade do direito à vida e à educação, como sendo estes direitos primários, garantindo-se a essência dos demais direitos e princípios constitucionais.**

**Se este PQG não indica o que se pretende, em números, com a saúde e educação em particular, parte do pressuposto que a saúde e educação são condição dispensável à garante da vida e dignidade humana. E nós perguntamos cá de fora, que valor maior terá a vida se o Estado não determinar as metas a seguir em todos os sectores da vida e principalmente na saúde e educação? Afinal o que se pretende quando o Presidente da República visita uma escola e promete aumentar vencimento aos professores e promete ainda equipar as salas de aulas com carteiras? De onde vai sair esse dinheiro se não está planificado? Se o PQG não indica com números o que se pretende com a vida do povo, ela não pode ser vivida com decência ou se não houver ponderação quanto à observância de vectores da dignidade da pessoa humana do direito à educação, vida e à saúde não pode ser condigna.**

**Moçambique está preocupado com o PQG aprovado pela bancada da Frelimo, pois está longe de reflectir maturidade de um servidor do povo. Ao enfatizarmos a saúde e a educação, tão-somente pretendemos chamar atenção sobre o programa viabilizado por este partido, pois nos faz entender que o proponente não pretende trazer nenhuma solução dos problemas que apoquentam o nosso povo, mas tão-somente ter acesso ao dinheiro nos cofres para satisfação de caprichos. Assim sendo continuamos a questionar, como é que um partido que se diz servir o povo pode votar num PQG que não apresenta metas para sua operacionalização e consequentemente impede qualquer acto de fiscalização?**

#### **Ficha técnica:**

**Director: Jeronimo Malaguetta; Editor: Gilberto Chirindza; Redacção: Natércia Lopez; Colaboradores: Chefes regionais de informação; Maquetizadores: João Mazingo e Marcial Macome**





**A redundância do Plano Quinquenal do Governo que quase repete o que já foi estabelecido nos seus antecessores, foi denunciada pela bancada da RENAMO, especialmente pelo discurso da sua Chefe, a Dra Ivone Soares. Foram, conforme as palavras deste discurso explicam, dias de um exercício que não tiveram outra utilidade que não fosse a de mais uma vez nos confirmar a incapacidade da FRELIMO de saber ser e estar em Democracia, pois as críticas da oposição foram absolutamente ignoradas pelos deputados da FRELIMO que valendo-se da sua falsa maioria impuseram à nação um plano quinquenal do Governo com erros e deficiências já identificados. Foram estas as palavras da chefe da bancada da Renamo:**

Honra-me estar neste pódio em representação do Povo Moçambicano,

das crianças, dos jovens, adultos e idosos, homens e mulheres que nos confiaram a missão de representá-los e defender os seus interesses.

Excelências,  
Como Deputados da Assembleia da República, o povo confia-nos a tarefa de controlar o governo, de ver como o governo gasta o dinheiro dos impostos pagos pelo povo e a forma como o governo administra o bem público.

É por esse Povo que iremos explicar ao Governo da Frelimo porquê não aprovamos o seu Plano Quinquenal para 2015-2019. A razão fundamental é não confiarmos que o Governo seja capaz de realizar os objectivos e acções a que se propõe para os próximos cinco anos quando já governa o país a 40 anos e a prometer as mesmas coisas enquanto a vida do povo só piora.

A Bancada da Resistência Nacional Moçambicana, RENAMO, que

orgulhosamente represento, após um estudo minucioso e atento do PQG questionou:

1. O PQG 2015-2019 vai acabar com a criminalidade e falta de segurança pública em Moçambique? Vai evitar assassinatos bárbaros de cidadãos indefesos apenas porque defendem o bem comum e querem pensar livremente como aconteceu com o jornalista Carlos Cardoso, o economista Siba-Siba Macuácuá, quadros seniores das Alfândegas e muito recentemente o académico Gilles Cistac?
2. Com este PQG os professores, os enfermeiros, os polícias e os funcionários públicos no geral terão salários dignos?
3. Os três mil e cem meticais que a senhora ministra do trabalho anunciou chegam para comprar arroz, farinha, açúcar, peixe, carne, feijão, sabão, óleo, pagar água, luz, renda de casa, ter assistência médica e medicamentosa?

Chega para pagar a escola, cadernos, livros, uniforme escolar e custear transporte durante trinta dias?

4. A resposta é Não!

5. A Bancada da Renamo exige que o salário mínimo nacional aumente. A preocupação de quem governa não deve ser a de aumentar o salário dos dirigentes. Queremos exigir que o governo aumente urgentemente o salário porque três mil meticais não chegam para nada.

6. Será que esta proposta de PQG irá criar oportunidades de negócios e emprego para milhões de cidadãos que sofrem em Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Maputo Província, Maputo Cidade e até Gaza?

7. Será que os desempregados que sofrem nos passeios, nas ruas e nos mercados informais sem esperança de melhorar de vida terão emprego digno?

8. Será que este PQG vai resolver o problema recorrente de roubo de votos quando de forma clara o proponente escusa-se a apresentar medidas que visem garantir maior transparência, democracia genuína e estabilidade política?

9. O Governo da Frelimo iniciou tudo mal. Primeiro roubou votos, apesar da Bancada da Frelimo tentar branquear a história. Todos os moçambicanos viram que a Frelimo não ganhou as eleições. Quem ganhou as eleições foi a Renamo e o seu candidato Sua Excelência Afonso Dhlakama.

10. Portanto, o PQG é-nos apresentado por especialistas em fraude que há 40 anos vêm defraudando as expectativas do povo.

11. Desde 1975 estão a fazer falsas promessas.

12. O roubo de votos só foi o princípio agora vem a casa do povo



pedir autorização para continuar a desgraçar aos moçambicanos. Este PQG não irá criar vias de acesso para os mercados agrários. A população continuara a produzir sem ter como escoar os seus produtos.

13. A população continuara a produzir sem ter onde vender os seus produtos. Esses produtos irão acabar por apodrecer aumentando a miséria do povo.

14. O Governo da Frelimo enumerou intenções. O povo quer saber: afinal de contas quantas escolas, hospitais, estradas, portos, aeroportos, casas, vagas de emprego, mercados, esquadras da polícia, campos de jogos, jardins, serão criados. Este PQG não irá transformar Moçambique no país que o povo sonha e quer. Será que o povo deixará de ser transportado como gado em carrinhas de caixa aberta que os moçambicanos apelidam de “my love”?

15. A tudo isto a resposta é um redondo Não.

16. A verdade é que continuaremos subdesenvolvidos, com altas taxas de analfabetismo, sem ocupação para os jovens finalistas, com baixo

índice de desenvolvimento humano.

17. Essa é a verdade que a Frelimo e o seu Governo tentam a todo o custo esconder.

18. OPQG não irá melhorar a vida do povo.

19. O PQG irá servir para aumentar a corrupção, falta de transparência, a má nutrição das crianças, a mortalidade materno-infantil.

20 O PQG irá matar os doentes com HIV/SIDA, cólera, malária, tuberculose e outras doenças porque o sector da saúde e salubridade públicas não têm um plano exequível para resolver tudo que em 40 anos não conseguiram.

21 O PQG não prevê a descentralização do Poder. Por isso, a Renamo deve governar nas províncias onde ganhou e esta assembleia deve urgentemente programar o debate da proposta de lei sobre o quadro institucional das autarquias provinciais.

Excelências,

22 Como aprovar o PQG de quem roubou ao povo o direito de ser governado pelos verdadeiros governantes em quem ele votou?





23 Como aprovar um programa, cujo proponente, que se diz promover uma governação aberta, inclusiva, continua discriminando, excluindo, atacando adversários políticos, insultando e mentindo para o povo?

Excelência,

24 Como democratas que somos, nós moçambicanos e moçambicanas, não confiamos na Frelimo.

25 Estamos certos de que continuarão a surgir, como cogumelos, uns e outros dizendo que este PQG é a solução dos problemas do povo. É mentira!

26 A minha Bancada, Bancada da

Resistência Nacional Moçambicana, resistência essa liderada Por Sua Excia Afonso Macacho Marceta Dhlakama distancia-se do Programa Quinquenal de um Governo ilegítimo, Governo com larga experiência em empobrecer o povo, por considerar que os moçambicanos merecem um governo onde os governantes não são escolhidos com base no amiguismo, mas sim com base na competência técnica como defende o líder do povo.

27 Porque estamos comprometidos com o bem-estar do povo e com o desenvolvimento sustentável do país como um todo, iremos manter a nossa coerência reprovando o PQG.

28 Queremos garantir aos moçambicanos que estaremos sempre atentos para defender o povo, fazer respeitar os seus direitos fundamentais para que tenham acesso a justiça, oportunidades iguais, emprego, salário e habitação condignos, pois as crianças, os adolescentes e jovens, os adultos e idosos merecem. O povo merece uma vida boa e desenvolvimento sustentável. E só a Renamo e Afonso Dhlakama podem oferecer isso aqui em Moçambique.

29 Somos uma Bancada do povo. O nosso compromisso é com o povo. Somos uma Bancada que representa milhares e milhares de Moçambicanos resistentes.

30 Somos liderados por um homem altamente inteligente, falo-vos do Pai da Democracia Multipartidária.

31 Ontem, como hoje, somos os mesmos moçambicanos e com a Renamo teremos um Moçambique diferente deste que a Frelimo desgraçou em 40 anos.

Esta intervenção seria quase que profética por ter sido proferida ainda antes da execução do voto. A bancada Parlamentar da RENAMO reclamou pelo facto de o documento em proposta na altura, e hoje já aprovado, se reduzir apenas a um enumerado de intenções e vontades que não encontram uma expressão objectiva passível de ser monitorada e propôs que o Povo fosse informado de forma clara e objectiva sobre o que o Governo se propõe realizar ao longo do período de 2015-2019. O grupo parlamentar da RENAMO enfatizou que seria de muita utilidade que os moçambicanos soubessem, por exemplo, quantos professores o Governo pretende formar durante o seu mandato, quantas salas de aulas pretende construir ao longo de 5 anos, porque o que se avalia no ciclo de governação é o Programa Quinquenal do Governo. Esclareceram ainda o seu posicionamento, que a Assembleia da República não avalia o manifesto eleitoral da FRELIMO, mas sim o Programa Quinquenal

do Governo que deve apresentar indicadores objectivos para que a avaliação seja também objectiva. Na segunda comissão, Comissão do Plano e Orçamento, os parlamentares da RENAMO vão ao extremo de considerar que o actual Plano Quinquenal do Governo é pior que o anterior, sublinhando por exemplo o facto de ter sido substituída a palavra Democracia pela palavra Soberania, entre as prioridades, quando se refere à consolidação da Unidade Nacional Paz e Democracia. Para os parlamentares da segunda comissão pela bancada da RENAMO, a substituição da Democracia pela Soberania deixa antever uma corrida às armas para reforçar o poder, o que é preocupante. A quarta Comissão chega a considerar que a forma de quantificação apresentada visa dificultar o fiscalizador não permitindo melhor controlo e avaliação, o que pressupõe incapacidade dos proponentes ou mesmo acto deliberado de se furtar à fiscalização da Assembleia da República e de outras entidades.